



Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas

ISSN: 1981-8122

ISSN: 2178-2547

MCTI/Museu Paraense Emílio Goeldi

Britto, Clovis Carvalho; Prado, Paulo Brito do; Souza, Jean Costa
Em busca de outros passados museológicos: considerações sobre a
constituição do campo museal no Maranhão (século XIX e início do século XX)

Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências
Humanas, vol. 16, núm. 1, e20200022, 2021
MCTI/Museu Paraense Emílio Goeldi

DOI: <https://doi.org/10.7440/res64.2018.03>

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=394069991003>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org



Sistema de Informação Científica Redalyc
Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal
Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

Em busca de outros passados museológicos: considerações sobre a constituição do campo museal no Maranhão (século XIX e início do século XX)

In search of other museological pasts: considerations on the constitution of the field of museums in Maranhão (19th and early 20th centuries)

Clovis Carvalho Britto^I  | Paulo Brito do Prado^{II}  | Jean Costa Souza^I 

^IUniversidade de Brasília. Brasília, Distrito Federal, Brasil

^{II}Universidade Federal de Goiás. Goiânia, Goiás, Brasil

Resumo: O artigo analisa a constituição do campo museal no Maranhão no século XIX e início do século XX, tendo como referências os impactos do Gabinete de História Natural da Província do Maranhão (1844) e do Museu do Instituto de História e Geografia do Maranhão (1925). Essas experiências demonstram a existência de outros passados museológicos no Brasil e consistem em exemplos de coleções nômades que se desmembraram para formar museus e instituíram uma cultura do patrimônio no Maranhão. As fontes mobilizadas mediante pesquisa bibliográfica e documental consistiram em indícios importantes que rompem com a zona de silêncio existente na história dos museus e contribuem para enriquecer as narrativas sobre o panorama museológico brasileiro.

Palavras-chave: Museologia. Colecionismo. Gabinete de História Natural. Museu. Maranhão.

Abstract: The article analyzes the constitution of the museal field in Maranhão in the 19th and early 20th centuries, having as references the impacts of the Natural History Cabinet of the Maranhão Province (1844) and the Museum of the Maranhão History and Geography Institute (1925). These experiences demonstrate the existence of other museological pasts in Brazil and consist of examples of nomadic collections that dismembered to form museums and instituted a culture of the heritage in Maranhão. The sources mobilized by means of bibliographic and documentary research consisted of important evidences that break with the zone of silence existing in the history of museums and contribute to enrich the narratives about the Brazilian museological panorama.

Keywords: Museology. Collections. Natural History Cabinet. Museum. Maranhão.

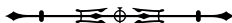
Britto, C. C., Prado, P. B., & Souza, J. C. (2021). Em busca de outros passados museológicos: considerações sobre a constituição do campo museal no Maranhão (século XIX e início do século XX). *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 16(1), e20200022. doi: 10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0022

Autor para correspondência: Clovis Carvalho Britto. Universidade de Brasília. Campus Darcy Ribeiro. Brasília, DF, Brasil. CEP 70910-900 (clovisbritto@unb.br).

Recebido em 27/02/2020

Aprovado em 24/07/2020

Responsabilidade editorial: Lúcia Hussak van Velthem



Em 1979, a museóloga Waldisa Rússio Camargo Guarnieri publicou um artigo intitulado “Existe um passado museológico brasileiro?”, no qual apresentou pistas para construir a trajetória dos museus no Brasil, reconhecendo-os como o primeiro espaço de investigação científica no país (ver Bruno, 2010). Em uma perspectiva de longa duração cujo marco inicial apresentado remete ao surgimento do Museu Real, no início do século XIX, no Rio de Janeiro, concluiu que seria possível afirmar que existiu um passado museológico no Brasil, mas não um passado museológico brasileiro, pelo menos em uma perspectiva mais remota. Ao longo de suas análises, a pesquisadora destacou um conjunto de instituições que integra, de certo modo, o cânone da historiografia dos museus no Brasil, evidenciando, especialmente no século XIX, o Museu Real (1818), o Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1851), o Museu Paraense Emílio Goeldi (1866), o Museu Paranaense (1876) e o Museu Paulista (1895).

Na verdade, apesar de alguns pesquisadores terem perseguido uma vertente de leitura que privilegia três museus etnográficos do século XIX – o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, o Museu Paulista, em São Paulo, e o Museu Paraense Emílio Goeldi, em Belém –, reconhecendo-os como ‘museus nacionais’ (Santos, 2002; Schwarcz, 2010) e ampliando esta lista, ocasionalmente, com a inclusão do Museu Paranaense, do Museu Botânico do Amazonas e do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Elias, 1992; Considera, 2015), nas últimas décadas surgiram importantes iniciativas de revisão que iluminaram outros passados museológicos. Ampliando essas leituras, o intuito deste artigo é apresentar os itinerários da formação do Gabinete de História Natural da Província do Maranhão (1844) e do Museu do Instituto de História e Geografia do Maranhão (1925).

Uma das iniciativas que merecem destaque consiste na tese de doutoramento de M. Lopes (1997) sobre as Ciências Naturais e os museus no Brasil no século XIX. Nela, apesar de não se aprofundar nesse aspecto, a autora destacou diversas outras experiências museológicas brasileiras, especialmente na região Nordeste:

É bem verdade que o Museu da Corte já convivía com outras coleções existentes e mesmo colaborara para impulsionar a criação e a manutenção de outros museus, como foi o caso do Gabinete de História Natural da Bahia, o do Gabinete de História Natural do Maranhão, criado em 1844, e o do IHGB, organizado em 1854. No Ceará, em meados de 1871, um colecionador particular, o Dr. Joaquim Antônio Alves Ribeiro, médico da Santa Casa de Misericórdia e Capitão Cirurgião da Guarda Nacional, possuía um pequeno museu com objetos de História Natural, aberto ao público. Sabemos da existência dessa coleção porque o médico solicitou doá-la ao governo para compor o núcleo inicial de um Gabinete de História Natural na província. . . . Se no Ceará ainda não se constituía um museu, por outro lado, em Belém, o gabinete da ‘Sociedade Filomática do Pará’, do qual se originaria o atual Museu Paraense Emílio Goeldi, já era realidade desde 1866 (M. Lopes, 1997, pp. 151-152).

As pesquisas lideradas por Cerávolo (2018) também têm contribuído para uma ampliação do olhar sobre a diversidade das práticas museais, tendo como recorte a Bahia nos séculos XIX e XX. Ao enfocar coleções, gabinetes, museus e exposições praticamente desconhecidos pela historiografia dos museus, reconheceu a existência de uma ‘cultura do patrimônio na Bahia’, recuada, até o momento, no ano de 1835, quando o viajante francês Jean-Baptiste Douville doou sua coleção de História Natural para a formação de um Gabinete: “. . . a plataforma mantida por uma cultura em prol do patrimônio. Cultura aqui no sentido de cultivo relativamente consciente. . . . [visando] o exame mais detido de evidências regionais para detectar a formação do patrimônio cultural” (Cerávolo, 2018, p. 79). Os trabalhos têm evidenciado a importância das coleções e dos gabinetes de História Natural na institucionalização das Ciências Naturais ao longo do século XIX em diversas localidades do Brasil.

Essa é, inclusive, uma das contribuições de M. Lopes (1997) quando comprovou a centralidade do Museu Nacional do Rio de Janeiro nesse processo, herdeiro de um novo olhar, estimulado pelos gabinetes e jardins de História Natural. A instituição, marcada por exposições catalogadas, estabeleceu um novo modo de fazer história, dialogando, inclusive, com a ‘Casa dos Pássaros’, um entreposto colonial que integrava os museus do Império luso-brasileiro.

Nesse contexto, é importante sublinhar uma das orientações da “Instrução para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objectos de história natural arranjada pela administração do R. Museu de História Natural de Paris”, publicada no Rio de Janeiro em (1819) em benefício do Real Museu e Gabinete de História Natural:

Para melhor se-conseguir aquelle Estabelecimento parecia-me que em alguma Casa pública do Governador ou Ministro de cada uma das Capitánias houvesse um Gabinete de História Natural com todos os productos de sua Capitania somente; e que o Museu da Corte do Rio de Janeiro tivesse pelo menos um Producto irmão de cada um dos Productos dos museus parciaes das mesmas Capitánias. . . . Regulado o Museu do Rio de Janeiro, e feito o competente Catálogo, deveria remeter-se para cada uma das Capitánias uma cópia do que neste pertencesse, aos Productos que della tivessem sido remetidos. . . . arranjando-se dest’arte o Museu parcial com o seu Catalogo similhantemente ao Museu e Catálogo geraes (“Instrução...”, 1819, pp. 9-10).

É provável que esta Instrução tenha contribuído para a proliferação de Gabinetes de História Natural em diferentes províncias brasileiras ao longo do século XIX, marcados pela circulação de objetos e informações com o Museu Nacional. Esses trânsitos e reelaborações podem ser observados, por exemplo, nas trajetórias do viajante francês Jean-Baptiste Douville e a criação do Gabinete de História Natural da Bahia (Cerávolo & Rodriguez, 2018); do naturalista francês Louis Jacques Brunet e o Gabinete de História Natural de Pernambuco (Gonzales, 2016); do médico Joaquim Antônio Alves Ribeiro e sua tentativa de implantar um Gabinete no Ceará (Vasconcelos, 2015).

Na verdade, essas pesquisas evidenciam uma pluralidade de experiências que ampliariam a escrita sobre os passados museológicos no Brasil, compreendida nos moldes apresentados por Rússio (1979 citado em Bruno, 2010, p. 95):

Numa visão diacrônica, verifica-se que, certamente, existe, mas não sedimentou suficientemente. Talvez pela razão mesma de ter o Museu se antecipado – como instituição – à própria Independência, carregando

assim, consigo, muito de uma mentalidade colonial ou colonizada. Assim, pode-se falar num passado museológico no Brasil, mas não necessariamente de um passado museológico brasileiro, pelo menos não num passado remoto.

Essa ampliação de passados museológicos também tem sido visualizada em trabalhos que evidenciam a importância das coleções e dos museus dos institutos históricos e geográficos, no século XIX e na primeira metade do século XX (M. Lopes, 1997; Possamai, 2014; Cerávolo & Lopes, 2020), embora reconheçam que as agendas privilegiaram as capitais, visando difundir discursos da memória do poder que buscavam “. . . construir uma história da nação, recriar um passado, solidificar mitos de fundação, ordenar fatos buscando homogeneidades em personagens e eventos até então dispersos. . . . [produzindo] falas marcadamente regionais, apesar da pretensão totalizante” (Schwarcz, 1993, p. 99). Desse modo, paralelamente reforçavam uma determinada leitura da nação e inventavam uma história local, por meio de operações caracterizadas pela coleta e organização de “. . . documentos reconhecidos como os melhores testemunhos de uma época. . . . Nesse desafio enquadrava-se o museu ao lado da biblioteca e da constituição de um arquivo de documentos. . . .” (Cerávolo, 2014, p. 4).

Isso ganha importância com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, no Rio de Janeiro, com o intuito de estabelecer as narrativas que baseariam e legitimariam a história da nação. No ano de sua fundação, seus estatutos apresentavam a necessidade da criação de um museu para recolher e organizar os materiais relativos à História e a Geografia brasileiras. O museu, inaugurado em 1851, teve como primeiro diretor o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878) e seu acervo resultou de expedições científicas e doações de coleções públicas e privadas.

De modo particular, essa leitura destaca um importante campo de investigação, conforme enfatizado por Cerávolo (2014), ao concluir que os museus dos institutos históricos e geográficos ainda receberam pouca

atenção enquanto objeto de estudo, diferentemente dos trabalhos que analisam a reverberação dessas instituições na construção da história oficial do país. A pesquisadora sugere, assim, instigantes percursos analíticos: compreender como os agentes dessas agremiações colecionavam objetos exemplares, especialmente elementos visuais para o ensino da história celebrativa dos heróis regionais e construção do civismo; como o colecionismo institucional capitalizou elementos dispersos (particulares ou de órgãos públicos) em um único lugar e os impactos na fixação de valores identitários; e como desenvolveram as estratégias de formação de um 'núcleo de memória regional' a partir de um 'arquivo complementar' composto de coisas materiais.

O fato é que, nos últimos anos, surgiram estudos que iluminam experiências museológicas em diferentes institutos históricos e geográficos (Schwarcz, 1993; Bittencourt, 2005; Cerávolo, 2014), em museus e gabinetes das províncias, retirando-os de uma zona de silêncio, marcada por alguns vazios institucionais na escrita do passado (Santos, 2006). Dessa forma, os silêncios indiciam "... não sua inexistência de fato, mas sua presença como parte do 'inenarrável', estando situados, por constrições várias, 'fora do acontecimento'" (Fanini, 2009, p. 16).

Algumas experiências museológicas no século XIX e início do XX ainda integram a zona de silêncio nos trabalhos historiográficos sobre os museus no Brasil, mantendo-se como 'parte do inenarrável' e, portanto, excluídas das narrativas sobre a institucionalização e consolidação do campo museal, aqui entendido como microcosmo social onde os agentes são situados, datados e relativamente autônomos em relação às determinações do ambiente social (Bourdieu, 1996). Exemplo contundente desses silêncios consiste na ausência de análises aprofundadas em torno da constituição do colecionismo e do campo museal no Maranhão, especialmente de seu passado museológico mais remoto, fato que motivou a elaboração deste artigo:

Mas nada é para sempre. Nem mesmo museus. Nós temos apenas algumas centenas de anos da história dos museus e muitas coleções, assim como as instituições que as abrigam têm desaparecido nesse tempo. Guerras, incêndios, inundações e outros desastres evidenciam novas leituras. Museus que não conquistam apoio invariavelmente desaparecem e com eles, muitas vezes, suas coleções. Mesmo quando os museus sobrevivem, nem todos os seus objetos sobrevivem. Podemos descrever o estudo desse fenômeno como tafonomia do museu: o processo pelo qual as coleções desaparecem. Objetos em coleções de museus desaparecem por muitas razões, boas e ruins. Alguns são desassociados, considerados insuficientemente relacionados com a missão. . . . Alguns são negociados em outros museus. Outros, ainda de valor, são reclamados por desastres ou tragédias decorrentes de percalços de armazenamento ou de visitantes mal comportados. Alguns são simplesmente perdidos no depósito. Finalmente, esses objetos ainda em museus podem ser perdidos de várias maneiras. Objetos separados das informações sobre eles – suas histórias, seus metadados – perdem muito do seu valor. Museus detêm objetos e histórias e histórias são ainda mais facilmente deslocadas do que artefatos (Lubar et al., 2017, pp. 1-2)¹.

O fato é que este artigo pode ser compreendido como um estudo da tafonomia dos museus maranhenses, entendido como a análise dos processos que acarretam o desaparecimento de artefatos, coleções e museus (Lubar et al., 2017). Isso é atestado quando se observa o silêncio do Maranhão nos trabalhos sobre a historiografia do campo museal brasileiro no século XIX e no início do XX; silêncio que é rompido por estudos sobre o colecionismo de arte, especialmente a Coleção Arthur Azevedo (F. Silva, 2011). O colecionismo é compreendido, assim, como uma prática "... que demanda condições materiais e técnicas específicas a lhe dar existência. . ." (Cerávolo & Rodriguez, 2018, p. 198), e, especialmente no caso da História Natural, que será o objeto deste artigo, também se mantém silenciada no caso maranhense. A compreensão destas práticas de colecionismo requer, desse modo, "... o palmilhar de protocolos de época levados a cabo por agentes executores das atividades de coleta, implantação ou reprodução de estruturas alternativas ou

¹ Tradução nossa.

não, estratégias de legitimação e meios concretos de difusão e circulação” (Cerávolo & Rodriguez, 2018, p. 198).

Nesse contexto, o trabalho analisa a formação da coleção e os impactos do Gabinete de História Natural da Província do Maranhão (1844) e do Museu do Instituto de História e Geografia do Maranhão (1925) no campo museal. A escolha dessas duas experiências se justificou pela intensa rede de colaboração instituída em torno da cultura material, mobilizando agentes, discursos e instituições. Além disso, consistem em exemplos de coleções nômades que se desmembraram para formar outros museus e que instituíram uma ‘cultura do patrimônio’ no Maranhão, nos moldes investigados por Cerávolo (2018).

O artigo apresenta aspectos da institucionalização de coleções e movimentos museológicos no Maranhão, tendo como recurso metodológico a revisão de fontes bibliográficas e a análise de documentos arquivísticos em torno da dispersão de certas coleções de História Natural e da ausência de registros destes acontecimentos e desdobramentos. As fontes mobilizadas consistiram em indícios importantes que rompem com a zona de silêncio em torno de sua existência e, ao mesmo tempo, contribuem para enriquecer as narrativas sobre o panorama museológico brasileiro, reescrevendo, de algum modo, outros passados.

“TODOS OS MAIS OBJECTOS QUE ME VIESSEM AS MÃOS”: O COLECIONISMO DE JOSÉ JOAQUIM RODRIGUES LOPES E O GABINETE DE HISTÓRIA NATURAL DO MARANHÃO

Em 1870, Ladislau Netto ocupava a função de diretor-interino do Museu Nacional do Rio de Janeiro e elaborou um relatório que informava sobre a:

... estreia da correspondência do Museu Nacional com o gabinete de História natural [Novembro de 1844], fundado pouco antes na capital da província do Maranhão. ... , [concluindo com dois questionamentos:]... como e porque razão deixou de existir o gabinete de História natural do Maranhão. ... [e] porque razão se não tem confraternisado este e os outros pequenos gabinetes das províncias ao Museu Nacional da Corte? (Netto, 1870, pp. 86-87).

Na verdade, os questionamentos de Netto (1870) ainda se mantêm atuais na medida que problematizam os silêncios em torno dos ‘museus perdidos’ e das possíveis redes entre os inúmeros ‘museus provinciais’ existentes no Brasil. Esses indícios encaminharam para identificar no relatório de 1844, elaborado pelo então diretor do Museu Nacional, o cientista maranhense Frei Custódio Alves Serrão, informações sobre o envio de duplicatas para o Gabinete de História Natural do Maranhão: “... prontificar huma outra collecção de 130 productos mineraes, que com outra de 135 Aves e 4 Mammaes, preparada pela Secção de Zoologia” (“Relatório...”, 1845, p. 6).

No mesmo sentido, ao investigar os relatórios das seções do Museu Nacional, Segantini (2015) destacou que esses objetos foram armados e montados em peanhas por Alves Serrão, demonstrando em que medida essa articulação inventava protocolos de colecionismo, ordenação e exibição da natureza:

Cada indivíduo desta coleção levou um rótulo com um número correspondente a idêntico numero de um catálogo, que acompanhou esta remessa, e neste catálogo todas as espécies, foram convenientemente caracterizadas, e denominadas, tendo cada uma seu nome científico e vulgar. ... Prontificou porém esta seção ainda nesse período outra coleção de 130 productos minerais, convenientemente caracterizados, denominados, e também classificados em gênero, famílias e seções os quais de Ordem do Governo foram remetidos ao Gabinete de História Natural da Província do Maranhão (Segantini, 2015, p. 155).

Essas pistas contribuíram para a investigação da trajetória de um tema ainda inexplorado na historiografia dos museus no Brasil e na história do Maranhão. O intuito foi reunir indícios que possibilitassem compreender as estratégias do engenheiro José Joaquim Rodrigues Lopes (1803-1895) e o seu papel na criação do Gabinete de História Natural da Província do Maranhão, destacando-os na história do colecionismo e dos museus no Brasil. Personagem ausente da escrita da história dos museus, é conhecido pela sua atuação como militar e engenheiro. Ao longo de sua trajetória, ocupou cargos de destaque no

campo político e das forças armadas, posições de prestígio que possibilitaram identificar diversos mapas e obras públicas de sua autoria, sendo nominado nos registros pela alcunha de Barão de Mattoso, título conferido pelo governo português.

Os escassos dados biográficos informam que José Joaquim Rodrigues Lopes nasceu em 13 de janeiro de 1803, na cidade de São Luís do Maranhão, filho do português José Joaquim Rodrigues Lopes e da maranhense Brígida Rosa Lopes. Após a infância e a adolescência na capital do Maranhão, em 1818 se mudou para Lisboa, onde estudou no Colégio dos Nobres e se formou em Engenharia na Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho. Alguns indícios também sugerem que ele teria cursado Ciências Naturais na Casa da Moeda, sob a orientação do naturalista Luiz da Silva Mousinho de Albuquerque, embora até o momento não tenha sido possível comprovar esse fato (I. Silva & Aranha, 1885; Coutinho, 2005).

Seus trânsitos entre os anos de 1818 e 1827 denotam o contato com as Ciências Naturais, especialmente os Gabinetes de História Natural e suas coleções. Conforme destacou Brigola (2003), o Colégio de Nobres possuía uma das mais completas coleções de instrumentos científicos, posteriormente transferidas para a Universidade de Coimbra. Do mesmo modo, é importante sublinhar o lugar da Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho nesse contexto. Para a formação como oficial engenheiro, a Real Academia exigia a habilitação na Academia Real da Marinha, e também possibilitava que os estudantes frequentassem o curso de Matemática da Universidade de Coimbra.

Tratava-se, assim, de uma instituição central na articulação entre diferentes espaços científicos portugueses, o que permitia, seguramente, a circulação de informações sobre a importância de coleções de História Natural, das trocas científicas e do papel dos gabinetes. Isso ganha relevância ao perceber a centralidade ocupada pelas Ciências Naturais naquele contexto na formação em Engenharia, com destaque para trabalhos de campo e para as aulas nos Gabinetes de Física, Química e Mineralogia:

A princípio, enquanto, por exemplo, os botânicos dissecavam as partes sexuais das plantas e os zoólogos estudavam a anatomia dos animais, os mineralogistas iam para os laboratórios e procuravam analisar quimicamente os minerais para descobrir sua natureza. Dessa forma, a Mineralogia se desenvolve com uma forte ligação com a Química. Perguntar sobre a origem de espécies naturais, no entanto, parece muito significativo tanto em Mineralogia, quanto em Botânica e Zoologia. Até o final do século XVIII, os três domínios da História Natural eram objeto de estudo de ciências de laboratório. As viagens e trabalhos de campo eram importantes para a coleta de espécies, que eram levadas aos gabinetes e lá estudadas cientificamente (Menezes, 2005, pp. 53-54).

A formação de José Joaquim Lopes Rodrigues em Portugal esteve marcada por trânsitos entre as principais instituições de estudo da História Natural, cujas coleções estavam preservadas em gabinetes. Não é por acaso que, quando retornou para o Brasil, em 1827, tenha seguido carreira no Corpo de Engenheiros Militares, ocupando diversos cargos na Província do Maranhão, de Pernambuco, de São Leopoldo e do Rio de Janeiro, conforme atestam diversas matérias de jornal, entremeando sua atuação militar com o empreendimento colecionista:

O saber técnico, com ênfase nas ciências básicas, é o campo no qual se movem novos personagens, que vão lutar por sua legitimidade que, de uma forma ou de outra, se liga ao exercício de funções públicas e ao poder conferido pelo Estado por meio do diploma. Corresponde também à ascensão de novas camadas médias e da elite intelectual, marcada pelos novos ideais de racionalidade e da perspectiva científica que se impõem nas práticas do ensino superior e boa intervenção na vida pública. Esse aspecto a ser considerado: o caráter público da ação dos engenheiros (Alves, 1996, p. 71).

Na verdade, a Engenharia foi importante para o delineamento dos novos ideais científicos do século XIX, o que contribuiu para que os engenheiros ocupassem funções de visibilidade no espaço público. Isso ganha relevância quando se reconhece o papel desses profissionais na instituição de coleções e museus, a exemplo das análises apresentadas por I. Costa (2014) sobre a profissionalização dos engenheiros e sua relação com o colecionismo no Brasil oitocentista. De acordo com a autora, esses profissionais representavam um novo ideal do Governo Imperial,

marcado pelos valores de 'progresso' e 'civilização', por meio do domínio da natureza, demarcação de fronteiras e urbanização. Nesses termos, informa que integravam comissões designadas pelo governo, caracterizadas por expedições científicas, visando "... explorar a natureza, catalogando e coletando espécimes da flora e da fauna para abastecer museus, principalmente para os seus países de origem, no caso dos estrangeiros" (I. Costa, 2014, p. 9). A autora ainda destaca que a natureza era o foco das expedições que privilegiavam a exploração da riqueza mineral do país e o estudo de fósseis.

No contexto maranhense, um dado importante consiste no relato de Marques (1876), ao informar que o engenheiro José Joaquim Lopes Rodrigues foi o responsável pela organização do Gabinete de História Natural, em 1839, por ordem do então presidente da Província do Maranhão, Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo. Todavia, desde 1838, é possível identificar nos jornais maranhenses seus agenciamentos visando criar um museu a partir de sua coleção particular:

Ilm. e Exm. Sr. – Quando tive a honra de offerecer ao Governo desta Província os objectos, cuja colleção forma o nosso nascente Muzeo, prometti ir enviando todos os mais objectos, que da mesma natureza me viessem as mãos; fiel pois a esta promessa, tenho a honra de passar as mãos de V. Exc. os instrumentos bélicos dos índios, que com este serão apresentados a V. Exc. e que me chegarão proximamente do Pará: digni-se V. Exc. aceita-los, afim de com elles se ir pouco a pouco augmentando o nosso Muzeo, ainda assas atrasado. Deus Guarde a V. Exc. Maranhão, 12 de Outubro de 1838. Exc. Sr. Vicente Thomas Pires de Figueiredo Camargo, Presidente da Província. José Joaquim Lopes Rodrigues (J. Lopes, 1838, p. 2).

A matéria de jornal demonstra que a coleção de José Joaquim Lopes Rodrigues era eclética, fato que sugere a existência de objetos de Mineralogia e Zoologia. Todavia, os indícios corroboram o entendimento de que o Museu Maranhense, idealizado em 1838, não tenha sido inaugurado e os objetos doados constituíram o primeiro núcleo das seções da Biblioteca Pública Provincial. Provavelmente, a criação do museu foi adiada em decorrência da Balaiada,

revolta popular ocorrida no Maranhão entre 1838 e 1841 (M. Costa, 2018), e, desse modo, o museu só seria inaugurado em 1844, visando o estabelecimento do primeiro Gabinete de História Natural da Província.

Os documentos consultados informam que o Gabinete também era conhecido como Museu Maranhense e demonstram a constante atuação do engenheiro José Joaquim Lopes Rodrigues em sua constituição e na ampliação de suas coleções. As funções que exercia na concepção e na construção de obras públicas lhe possibilitavam viajar por diferentes espaços dentro e fora do Maranhão, sendo responsável pela elaboração de mapas e também assumindo a função de diretor do Arquivo Militar, instituição que também possuía um pequeno acervo de objetos tridimensionais. Sua formação no campo das Ciências Naturais e as funções públicas realizadas lhe credenciaram a ser o primeiro diretor do Gabinete de História Natural, em 1844.

Os indícios sugerem que a coleção por ele doada em 1838 fundou as seções de Zoologia e Mineralogia e uma coleção numismática na Biblioteca Pública. Esse entendimento é respaldado por um documento de 17 de setembro de 1844, quando foi designado pela Província do Maranhão para elaborar uma listagem desses objetos, a fim de informar ao Governo Imperial e subsidiar a criação de um gabinete na capital, São Luís:

Ao Major Graduado de Engenheiros José Joaquim Rodrigues Lopes – Remetta Vmc. à esta Presidência com a possível brevidade uma relação de todos os objectos existentes na Biblioteca, e a seu cargo, pertencentes às secções de Zoologia, e mineralogia tanto dos seus nomes technicos, ou scientificos se os tiverem, como das denominações vulgares porque são conhecidos; assim como a enumeração dos objectos numismáticos, para que tudo seja levado ao conhecimento do Governo Imperial, afim de se adoptarem as providencias necessárias tendentes ao Estabelecimento de hum Gabinete de História Natural n'esta Cidade (Publicador Maranhense, 1844, p. 2).

Logo após essa determinação, o Gabinete de História Natural foi criado, conforme pode ser comprovado no "Relatório da Repartição dos Negócios do Império do

anno de 1844 apresentado à Assembleia Geral Legislativa” (1845), que informa o envio de objetos do Museu Nacional para o Gabinete. Corrobora esse entendimento o relatório elaborado por Netto (1870), ao sublinhar a existência de um catálogo com os objetos, provavelmente a listagem elaborada por José Joaquim Rodrigues Lopes:

Um dos factos mais importantes dessa ephoca (Novembro de 1844), foi a estreia da correspondência do Museu Nacional com o gabinete de História Natural, fundado pouco antes na capital da província do Maranhão. O nosso Museu recebeu com grande regozijo o catálogo d'aquelle gabinete que, a julgarmos pelo que já então possuía, parecia destinado a ser o depositário dos thesouros naturaes do rico valle do Amazonas, e para innodar-se melhor ao novo museu do norte, deu-se pressa em mandar-lhe como penhor de acatamento e de espontânea adhesão, um presente de cento e trinta mineraes e de cento e trinta e nove productos zoológicos de suas mais bellas collecções (Netto, 1870, pp. 86-87).

Conforme destacado anteriormente, o maranhense Frei Custódio Alves Serrão, diretor do Museu Nacional, organizou e enviou para o nascente Gabinete do Maranhão “. . . huma outra collecção de 130 productos mineraes, . . . com outra de 135 Aves e 4 Mammaes, preparada pela Secção de Zoologia” (“Relatório..”, 1845, p. 6), seguindo as orientações da “Instrucção para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objectos de história natural arranjada pela administração do R. Museu de História Natural de Paris” (1819). Esses documentos demonstram os trânsitos entre as coleções e instituições museológicas brasileiras, comprovando as redes de conhecimento que foram instituídas em âmbito nacional, tecendo aquilo que M. Lopes (1997, p. 14) definiu como a “. . . base do processo intrincado que forjou as Ciências Naturais”.

Os objetos doados pelo Museu Nacional consistem em minerais e animais de várias partes do Brasil e do mundo. A listagem foi publicada em diferentes edições do “Publicador Maranhense” ao longo do primeiro semestre de 1845, a pedido do seu primeiro diretor, José Joaquim Rodrigues Lopes: “Rogo-lhe por bem do serviço público queira estampar em sua Folha a inclusão

da relação dos objectos mineralógicos e zoológicos que o Museu Nacional do Rio de Janeiro enriqueceu o nascente Museu Maranhense, confiado a minha direção . . .” (“Correspondencia”, 1845, p. 3).

A não identificação da listagem das coleções da Biblioteca Pública enviada para o Museu Nacional inviabiliza compreender a configuração inicial do acervo e, desse modo, afirmar com segurança suas especificidades. Todavia, os poucos registros localizados em fontes impressas e a listagem dos objetos doados pelo Museu Nacional sugerem que ele não destoava dos conjuntos preservados pelos demais gabinetes oitocentistas, a exemplo da coleção que integrava o Gabinete de História Natural da Bahia, fundado em 1835:

Composto por ‘objetos de historia natural’, como dito à época em certa coisificação da natureza, o Dr. Abbott detalha a presença de espécimes animais (quadrúpedes), aves, insetos, moluscos, peixes e vegetais. Na escrita de Manoel Cardozo Marques (Juiz de Paz), a exploração visava os três reinos da historia natural (vegetal, mineral e animal), e dos três chegaram peças ao Liceu. . . . O registro do próprio Douville indica o envio de pedras e madeiras. O curioso é que, embora tenha transitado entre tantos povos indígenas e despachado arcos e flechas, tal como no manuscrito, a referência a artefatos dessa natureza aparecerá em dois momentos distintos nas fontes consultadas: em 1872 quando da Exposição Provincial na Bahia (Fallas), e no relato de 1888 da Princesa da Baviera, indicando o acréscimo de outros conjuntos (Cerávolo & Rodriguez, 2018, p. 206).

Essa aproximação com as coleções de outras instituições congêneres faz sentido na medida em que se percebe a constante circulação de cientistas, informações e cultura material em âmbito nacional e internacional. Nesses termos, é possível dialogar com o entendimento de Françoze (2014), embora suas análises tenham investigado um contexto colecionista no século XVII. Segundo a pesquisadora, a coleção e a exibição de objetos de lugares distantes e pouco conhecidos “. . . faziam parte, ao mesmo tempo, tanto da construção de saberes e desenvolvimento da ciência moderna, como também do jogo de poder. . .” (Françoze, 2014, p. 31), que definiam os protocolos científicos e discursivos sobre a natureza e as diferenças culturais.

No caso do Gabinete Maranhense, esses trânsitos podem ser comprovados, por exemplo, nas doações enviadas ao Museu Nacional do Rio de Janeiro: “A província do Maranhão lembra-nos alguns minerais de cobre que d’ahi vierão para o nosso Museu em abril de 1845” (Netto, 1870, p. 87); e ao Museu de Coimbra, em Portugal: “Ao Major. . . José Joaquim Rodrigues Lopes – Tem Vmc. a authorização que pede em seu officio de 22 do corrente sob n. 31 para fazer presentear o Muzeo de Coimbra com alguns objectos que existem em duplicata no nosso nascente Muzeo” (“Parte Oficial...”, 1845a, p. 1).

O fato é que o aumento de coleções demandou da Província do Maranhão um maior investimento no Museu. Notícia datada de 26 de fevereiro de 1845, no “Publicador Maranhense”, destacou que a Inspetoria do Tesouro Público Provincial destinou ao Major José Joaquim Rodrigues Lopes “. . . a quantia de cincoenta mil reis para empregar na compra de vidros e álcool e mais objectos para o Museu Maranhense” (Publicador Maranhense, 1845, p. 2).

Na verdade, o Museu ocupava uma sala da Biblioteca Pública Provincial, que, desde 1831, estava implantada na parte superior do Convento do Carmo, na rua do Egito, no centro de São Luís. Os documentos informam os esforços do engenheiro Joaquim José Rodrigues Lopes para a aprovação das obras necessárias à melhoria da Biblioteca Pública. Embora acumulasse os cargos de diretor do Museu Maranhense, diretor do Arquivo Militar e chefe do Corpo de Engenheiros, sendo o responsável pela execução das obras públicas na Província, obteve autorização para escassos investimentos, que resultaram em apenas uma reforma no telhado do Convento do Carmo.

Desse modo, apesar das tentativas de melhoria do espaço e da coleção e das estratégias visando a inserção do Gabinete Maranhense no rol dos museus do império luso-brasileiro, o diretor convivia com um conjunto de dificuldades que, aos poucos, impediriam a adequada conservação do acervo. Tal fato, somado às mudanças na estrutura da Província e na direção do Gabinete, contribuiu para a dispersão da coleção.

A TAFONOMIA DE UM MUSEU: A DISPERSÃO DE “ALGUNS OBJECTOS DA HISTÓRIA NATURAL”

O Gabinete de História Natural não possuía dotação própria, sendo os recursos provinciais destinados à Biblioteca Pública, sob a responsabilidade do bibliotecário Trajano Cândido dos Reis. O orçamento permitia a aquisição de poucos livros, conforme as informações disponíveis nos relatórios dos presidentes da Província. O Gabinete seguia as mesmas regras aprovadas para o expediente da Biblioteca, na medida em que ocupava uma de suas salas: funcionava das 8 às 14 horas (exceto domingos e feriados); eram proibidas conversas em voz alta e passeios em seu interior, sob pena de expulsão; e somente poderiam frequentá-lo pessoas que se apresentassem “descentemente vestidas”, conforme a Lei da Província do Maranhão n. 9 de 30 de abril de 1835 (“Collecção...”, 1847). Notadamente era um espaço restrito “. . . aos homens brancos de poder aquisitivo e, principalmente, que soubessem ler e escrever. Privilégios de poucos em todas as províncias” (Castro & Pinheiro, 2006, p. 40).

Além disso, o Gabinete de História Natural e a Biblioteca Pública estavam contíguos ao Liceu Maranhense, tornando-se espaços auxiliares das aulas ali ministradas e, ao longo do tempo, tiveram grandes dificuldades para o adequado funcionamento:

O controle sobre as materialidades de leitura e as dificuldades para ampliar o acervo ou fazer as reformas precisas na Biblioteca esbarravam na crise econômica, política e social desencadeada com a Balaiada e, principalmente com o empobrecido da sociedade endinheirada local com a desvalorização do algodão maranhense no mercado internacional. Neste quadro, calavam-se os comentários sobre a Biblioteca ou qualquer apoio financeiro, físico e material a mesma. Na década de 40, continuava como um lugar sombrio, paredes escuras, estantes abarrotadas de livros que dividiam espaço com outros objetos escolares, como lousas e carteiras. Situação agravada com a instalação do museu de história natural, que também funcionava no interior da Igreja do Carmo. Sob um ponto de vista social era de grande importância para a província possuir uma biblioteca e um museu, entretanto, nenhum dos dois tinha significado, muito pelo contrário, estavam fadados à ruína (Castro & Pinheiro, 2006, p. 41).

Esse é o sentimento recorrente em virtude da falta de investimentos. Os documentos relatam que as chuvas invadiam o espaço, danificando as coleções e causando esse aspecto ruinoso. Apesar disso, o Gabinete sobrevivia graças aos esforços do Major José Joaquim Rodrigues Lopes e, embora não tenham indícios na documentação, provavelmente a instituição foi uma das responsáveis pela criação da Sociedade Filomática Maranhense, fundada em 1845, destinada à "...propagação de conhecimentos úteis, nas Sciencias Físicas e Naturaes. . ." ("Parte Oficial....", 1845b, p. 2).

Esses trânsitos certamente incrementavam o campo museal maranhense e a hipótese faz sentido quando se verifica que, em Belém, o atual Museu Paraense Emílio Goeldi se originou do Gabinete da 'Sociedade Filomática do Pará' (M. Lopes, 1997) e a existência de matérias que indicam doações de minerais para a Sociedade Filomática do Maranhão. Mas, diferentemente da experiência paraense, o Gabinete de História Natural e a Sociedade Filomática Maranhense tiveram existência curta e encerraram suas atividades ainda na primeira metade do século XIX.

O último indício da existência do Gabinete de História Natural refere-se a um pedido do Major José Joaquim Rodrigues Lopes, datado de 27 de maio de 1846, solicitando a sua substituição na direção do Museu e do Arquivo Militar, em virtude de uma licença de seis meses para ir a Corte. O documento sublinha que a direção do Museu ficou sob responsabilidade do Dr. Alexandre Theophilo de Carvalho Leal, inspetor interino da Instrução Pública. Após essa data, existe uma zona de silêncio em torno do Gabinete de História Natural e os indícios informam tentativas de transferir a Biblioteca Provincial para a Inspetoria Pública, fato que ocorreu em 1851, quando a mesma foi anexada ao Liceu Maranhense.

A partir de 1848, os relatórios da Província do Maranhão não se referem mais a um museu, mas a uma coleção de objetos de História Natural pertencente à Biblioteca Pública. Em 12 de agosto, o relatório de Antônio Joaquim Amaral, então presidente da Província, sugeriu a criação de um Gabinete de História Natural com os

objetos existentes na Biblioteca Pública, fato que denota a inexistência do Museu e a acomodação do que sobreviveu da coleção nas estantes da Biblioteca:

Na Bibliotheca Pública também se precisa fazer melhores accommodações, e em ordem a se separarem de suas Estantes alguns objectos da História Natural, que ali existem com os livros, podendo ser collocados em algum pequeno Gabinete aonde se cuide convenientemente de sua conservação, promovendo-se além disso o seu augmento, o que não he difficil, em hum Paiz abundante em riquezas naturaes ("Parte Oficial....", 1848, p. 2).

Essa situação foi reiterada por Herculano Ferreira Penna, presidente da Província do Maranhão, em relatório apresentado à Assembleia Legislativa no dia 14 de outubro de 1849. Nele, além de informar o estado calamitoso em que se encontrava a Biblioteca, colocando em hasta pública uma considerável quantidade de livros arruinados, sublinhou a realização de pequenos reparos no edifício, visando preparar "... um gabinete para depósito de vários objectos de História Natural, que não podem sem inconveniente ser guardados como até agora nas mesmas estantes dos livros" (Penna, 1849, pp. 36-37).

O relatório do bibliotecário público Trajano Cândido dos Reis apresentado a Antônio Gonçalves Dias, em 1851, também destacou que os objetos de História Natural ainda continuavam na Biblioteca, separados em três estantes:

Contem actualmente a bibliotheca o seguinte: - livros bons, 2.691; em estado sofrível, 575; inteiramente estragados, 75; ao todo, 3.341; dous globo terrestre e celeste e uma esphera armilar. Além d'isto, contém mais vários objectos de história natural, arrumados em três estantes (Gonçalves Dias, 1853, p. 377).

Na verdade, muitos desses objetos sobreviventes da coleção de José Joaquim Rodrigues Lopes e que, posteriormente, somados a muitas doações, geraram o Gabinete de História Natural da Província do Maranhão, permaneceram na Biblioteca Pública e integraram o Gabinete de História Natural da Sociedade de Instrução Popular Onze de Agosto e o Gabinete de História Natural do Liceu Maranhense, na segunda metade do século

XIX e no início do século XX no Maranhão, fruto das transformações da Instrução Pública:

A collecção zoológica, que havia na Bibliotheca, onde tendia ao completo aniquillamento, com o abandono e a ausência de zelo pela sua conservação foi transportada para o gabinete de história natural do Lyceu, a fim de prestar serviços ao ensino prático de zoologia (Almeida, 1927, p. 18).

Esse movimento de dispersão da coleção remete ao entendimento de uma 'tafonomia do museu' em decorrência de desassociação, perda e deslocamentos para a criação de outros museus e, conseqüentemente, de outros passados museológicos (Lubar et al., 2017). O fato é que a dispersão da coleção também contribuiu para uma espécie de amnésia com relação à existência do Gabinete e sua inserção na historiografia dos museus no Brasil oitocentista.

Curioso é que, no caso do Gabinete de História Natural do Maranhão, observa-se um movimento de uma coleção de objetos transformada em museu e que, por sua vez, voltou a ser uma coleção, dissociada das informações sobre sua trajetória. Certamente, essa decomposição das informações relativas aos processos colecionistas também contribuiu para a dispersão das fontes sobre as tramas de constituição inicial de uma 'cultura do patrimônio' no Maranhão, retirando-o, em certa medida, da escrita da história dos museus brasileiros. Trânsitos que também contribuíram para que outras experiências, a exemplo da coleção e do Museu do Instituto de História e Geografia do Maranhão, criados quase um século depois, integrassem essa esfera do inenarrável.

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO MARANHÃO (IHGM)

Na transição do século XIX para o XX, a humanidade presenciou uma infinidade de transformações tecnológicas e culturais impulsionadas pelas novas tecnologias oriundas da Segunda Revolução Industrial, ocorrida nos idos de 1870. As relações econômicas e o capital determinavam

a divisão do mundo entre países industrializados e os que ainda articulavam sua industrialização, a disputa neocolonial entre países europeus, a América do Norte e o Japão assolava regiões como a África, a América Latina e a Ásia. No interior de tantos acontecimentos, o século XX engrenava sua marcha em meio à fumaça e aos ruídos de conflitos – guerras territoriais, movimentos civis e populares – que tumultuavam a vida humana.

Em uma era de Estados e de Nações, de territórios e de fronteiras, de disputas territoriais e de independências, iniciava-se uma insistente celebração de passados presentes quase que exclusivamente masculinos e brancos e de memórias nacionais fortemente alinhadas às reminiscências dos anteriores impérios europeus, de representações monárquicas e de figuras masculinas consideradas como grandiosas. Acreditava-se ser estes personagens quem manipularam no passado a força necessária para a ascensão das Nações contemporâneas.

Estes homens legaram capital cultural potente o suficiente para afiançar uma cultura de seu patrimônio no presente nacional, então comemorado por gerações, indistintamente, de homens que compartilhavam os mesmos sentimentos e memórias. No mesmo ritmo dos movimentos comemorativos, das seleções e dos enquadramentos de memórias revividas pelo povo europeu no século XIX – uma herança das grandes comemorações da Revolução Francesa (Le Goff, 2013) –, alcançávamos, no século XX, mais precisamente em 1914, o tempo da Grande Guerra, de contínuas crises do capitalismo, da corrida armamentista, da especulação e de uma insistente escalada do terror de Estado. Estes eventos descortinariam para o Ocidente e para grande parte do “mundo oriental o poder de destruição acumulado e, muitas vezes, arquitetado por homens de negócios no decorrer do longo século XIX e do breve século XX” (Souza & Prado, 2020, p. 213).

O tempo de que falamos é aquele em que nasceram, frutificaram, perpetuaram e/ou morreram tantas ideologias quantas se conseguiu criar. Neste tempo, se refinou e

foram reverberados projetos raciais atrelados às ideias evolucionistas de Charles Darwin, combinados à eugenia de Francis Galton. Desta combinação, nasceram a antropologia criminal de Cesare Lombroso e horrores provocados pelos projetos de racialização, a exemplo dos regimes de segregação racial que se desenharam por todo o planeta ao longo do século XX. O socialismo se expandiu pelo leste europeu e a luta emancipacionista das mulheres (um feminismo branco e de segmento abastado), ainda em fins do século XIX, tomou forma em países da Europa (França e Inglaterra) e das Américas (Estados Unidos e Brasil).

O século XX foi a era dos nacionalismos racializados e masculinos. Estes movimentos eram fortemente marcados pela luta entre ideologias políticas, “tais como as do liberalismo, do fascismo, do anarquismo, do socialismo e do capitalismo industrial. Em meio a tantos projetos e ideias, o capitalismo industrial preponderou e perspectivas nacionalistas e civilizacionais” (Souza & Prado, 2020, p. 213), alicerçadas em um arquétipo humano, um sujeito ideal, masculino e universal (Scott, 2008; Soihet, 1989), sobressaíram em vários projetos de estado.

Mesmo em um contexto que misturava muitas ideias, sentimentos, conflitos, mobilizações, crises econômicas e sociais, a exemplo da Primeira e da Segunda Guerra, as grandes nações – muito influenciadas pelo positivismo e pelo progresso – cultivaram o desejo de reabitar e de celebrar passados de conquistas relacionadas à era dos impérios, mesmo que em pleno século XX muitas das regiões anteriormente colonizadas já gozassem de sua independência.

O caso brasileiro não destoou dos de muitas nações. Nessa região, a cultura da memória apegou-se em instituições culturais muito influenciadas pelos interesses monárquicos. No interior destas instituições, teceram-se políticas de memória e da história semelhantes àquelas pensadas no contexto do Iluminismo e que tinham “. . . como projeto o traçar a gênese da nacionalidade brasileira” (Guimarães, 1988, p. 7), integrando sentidos ‘velhos’ e ‘novos’ de modo que se evitassem rupturas:

Os institutos históricos e geográficos que surgiram, inicialmente no Rio de Janeiro, sede do Império e depois do governo republicano, e que se espalharam por diferentes regiões ao longo dos séculos XIX e do XX, se tornaram em lugares [...] privilegiados para a fecundação de uma certa memória nacional [e regional] e da escrita de uma história disseminada como oficial do Brasil e de suas regiões (Souza & Prado, 2020, p. 215).

Ao passo que no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) se centralizavam narrativas e se selecionavam memórias para a escrita de uma história da nação, aos institutos regionais, como o Instituto de História e Geografia do Maranhão (IHGM), cabiam cultivar memórias e passados que se integrassem de forma harmônica às narrativas da história produzidas pelo IHGB. Aos institutos regionais determinava-se que se inventasse suas histórias e suas regiões, que fizessem reverberar culturas de patrimônio muito próximas àquelas que já haviam sido autorizadas pelo estado brasileiro. Tal fenômeno se iniciou no século XIX e alcançou o século XX, proporcionando o aparecimento de instituições que ainda nos dias de hoje cultuam passados e narrativas relacionadas a determinados grupos sociais.

O contexto de (re)criação do IHGM e de (re)habitação de uma certa cultura do patrimônio para o Maranhão no início do século XX remete aos governos de Epitácio Pessoa, Artur Bernardes e Washington Luís. Neste momento, pipocavam pelo Brasil a fora muitos conflitos e comemorações de forte influência oligárquica, agrária, popular e artística. Foi nesse encontro de muitos acontecimentos em que um grupo de homens letrados do estado do Maranhão pertencentes a segmentos abastados (re)criaram, em 1925, por intermédio de instituições como a Academia Maranhense de Letras e o Instituto de História e Geografia do Maranhão (IHGM), uma cultura do patrimônio (Cerávolo, 2018) para esta região brasileira.

Conhecidos pela denominação de “Novos Atenienses” (Conceição Silva, 2008), o grupo (re)criou um passado maranhense que se contrapunha a outro muito marcado pela ideia de decadência – uma invenção narrativa dos mesmos intelectuais alinhados ao IHGM e a outras instituições intelectuais da região. Na expectativa de sucesso

para tal projeto, buscou-se no tempo outras memórias para positivar o passado da região e reescrever sua história. O retorno ao passado proporcionou que se (re)habitassem fragmentos do tempo em que o Maranhão – por intermédio das políticas de Marques de Pombal (Sebastião José de Carvalho e Melo, quem criou a Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão) – gozava de grande prosperidade e de riquezas. Este tempo era uma espécie de idade de ouro em que a região desfrutou de um crescimento econômico e cultural jamais experimentado.

Acreditara-se que nesta temporalidade – inaugurada ainda no século XVIII – se produziram recursos o suficiente para financiar o próspero século XIX e a sua memória. Este tempo foi o de uma intelectualidade ilustrada, conhecida pelo qualificativo de ‘ateniense’ e ficou marcada pela possibilidade de os moradores da região poderem sair, estudar em instituições estrangeiras e trazer uma considerada cultura erudita para os sertões brasileiros.

A crença consolidada pelos idealizadores do IHGM na década de 1920 foi a de que a geração de homens letrados do Oitocentos retornara à terra natal, capital do Maranhão, São Luís (a Atenas brasileira), e produzia, sob uma perspectiva do positivismo e do progresso econômico e cultural, uma cultura do patrimônio (Cerávolo, 2018) para o Maranhão.

O grupo de intelectuais denominados ‘novos atenienses’ desejava inventar discursivamente uma grandeza para o estado maranhense alicerçada em uma “. . . dinâmica econômica e cultural experimentada em outros tempos” (Conceição Silva, 2008, p. 46). Esta intelectualidade rememorava e comemorava o grupo de homens do século XIX que era representado por não menos que Antônio Gonçalves Dias, o poeta de “Canção do Exílio” e autor de tantas outras obras literárias.

No ano de 1925 (27 de novembro), o periódico “O Combate” noticiou a criação do IHGM. De acordo com Jean Souza e Paulo Brito (2020), “esta era mais uma instituição civil que se somava aos múltiplos projetos locais, regionais e nacionais que, desde o século XIX, se propunham a cultivar uma certa memória e a celebrar determinados passados”

que seriam transformados como “gramáticas oficiais para a escrita de uma história do Brasil e, no caso específico, do Maranhão” (Souza & Prado, 2020, p. 217).

O Instituto de História e Geographia do Maranhão. Foram lançadas hontem as bases duma nova instituição scientifica no Maranhão. Trata-se do Instituto de História e Geographia, associação cuja falta no nosso meio há muito se faz sentir, desde que não conseguiu viver o Instituto Histórico fundado há alguns anos. Deve-se a tentativa de agora realizada com muita segurança, aos srs. dr. Justo Jansen, Ribeiro do Amaral, dr. José Domingues, Barros e Vasconcelos, Domingos Perdigão, José Pedro Ribeiro, dr. Abranches de Moura, dr. Barros Vasconcellos, Wilson Soares, padre Arias Cruz, Domingos Perdigão, José Pedro Ribeiro, padre José Ferreira Gomes. Os estatutos da nova associação foram aprovados. Fizeram as eleições para os corpos dirigentes e as comissões scientificas. A 2 de dezembro effectuar-se-há a primeira sessão cívica. O Instituto dispõe de adesões valiosas, que lhe asseguram vida longa. A imprensa, como todos, tem o dever de receber de braços abertos o Instituto de História e Geographia do Maranhão. Pela nossa parte nós o comprimimos com inteira satisfação (“O Instituto...”, 1925, p. 1).

Nas informações publicadas pelo “O Combate”, o IHGM foi reorganizado na expectativa de suprir a falta que no meio maranhense se fazia sentir de um aparelho cultural, desde que não sobreviveu o Instituto Histórico fundado em 1865 pelo ‘Grupo Maranhense’ (1832-1866), formado por intelectuais como “João da Matta de Moraes Rego, César Augusto Marques, João Vito Vieira da Silva e Torquato Rego, Sotero dos Reis, Francisco Vilhena, Heráclito Graça, Antônio Henriques Leal, Antônio Rego, Augusto Frederico Collin e Antonio Gonçalves Dias” (Borralho, 2009, p. 114).

Este coletivo de homens representava a intelectualidade regional, fazia a ponte com a intelectualidade nacional e caracterizava o cognome de ‘Atenas brasileira’ atribuído à cidade de São Luís. Esta denominação era uma espécie de expressão mitológica idealizada por homens de letras chancelados pelo Estado no século XIX: “Tal grupo integrado ao mito evocativo da antiguidade clássica selecionou lembranças, inventou o ‘povo’ maranhense, projetou determinadas memórias que deveriam ser celebradas e delimitou políticas para a escrita da história”

(Souza & Prado, 2020, p. 218) e a preservação do patrimônio do estado do Maranhão.

Na primeira edição da revista trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão, narrou-se sobre a importância que tinha o passado de “... grandeza intellectual, mercê da qual esta terra desfructa o evocativo cognome de Athenas Brasileira” (Soares, 1926, p. 31). Ao reforçar a crença da ‘Athenas brasileira’ e idealizar uma ‘nova Athenas’, fundando o IHGM em 1925, estes homens referenciavam um passado mítico e saudosista que, aprisionado em ilusórias memórias e glórias, conquistas e vitórias, se contrapunha a uma memória de decadência social e econômica atribuída ao Maranhão no século XX, conforme apontou Conceição Silva (2008).

A invenção de um decadente presente para o Maranhão perseverava com tamanha força entre os integrantes do IHGM que tal sensação foi sugestivamente historiada nas primeiras páginas da revista, bem no instante em que os editores criticaram o meio social do Maranhão do século XX. Para estes, a região experimentava um meio em que “... iniciativas de ordem intelectual costumavam ser recebidas pelo público com a maior indiferença” (“O primeiro número”, 1926, p. 31).

As fortes relações entre as instituições civis, ainda no oitocentos, com os representantes da Monarquia eram demasiadamente estreitas. A memória de tais relacionamentos construídos sob a égide de conluios e de jogos de poder reverberaram e se estratificaram em diferentes temporalidades. Isso tanto ocorreu que, mesmo ultrapassado o Império, a Primeira República... e articuladas as mudanças nesse regime de governo (o Pacto oligárquico-coronelista), percebe-se no IHGM a insistente cultura de uma memória que aglutinava lembranças um tanto melindrosas – aparentemente contraditórias e paradoxais – e que apascentava narrativas dissonantes (outras histórias), ao passo que homenageava a memória de D. Pedro II realizando a primeira sessão cívica do IHGM no mesmo dia de nascimento deste monarca (Souza & Prado, 2020, pp. 219-220).

As relações entre o Estado e os intelectuais eram tamanhas que estes não se restringiram a homenagens e cultos da memória, mas também produziram coleções,

exposições e um museu que elogiavam determinados personagens da história nacional e regional. Em “O Combate”, de 1 de dezembro de 1925, foi divulgado um evento em que foram expostos “... os retratos de D. Pedro II, D. João e D. Pedro I, sendo o de D. Pedro II devido ao pincel do distinto pintor Snr. Paula Barros” (“Centenário...”, 1925, p. 4). Ações que além das vigilâncias comemorativas também possuíam propósitos pedagógicos na fabricação de uma determinada memória para o Maranhão. Foi por esta razão que se projetou um museu no interior do Instituto de História e Geografia do Maranhão ainda na década de 1920.

COLEÇÕES E UM MUSEU NO MARANHÃO DA DÉCADA DE 1920

O museu do IHGM foi considerado por Antônio Lopes da Cunha como “... uma organização mais modesta de uma coleção de material archeologico, histórico, ethnographico e geographico do Maranhão” (“O primeiro número”, 1926, p. 79). Na verdade, era uma “amostra de cultura material que, possivelmente, teria sido acolhida após estudos científicos realizados por estudiosos da região e consecutivamente levados para a instituição” (Souza & Prado, 2020, p. 222).

De acordo com o regimento, não era possível identificar para aquele contexto de 1920 o desejo de criar um espaço museológico, mas o cultivo de uma pequena coleção já podia ser notado. No artigo III de seu regimento, constavam: “explorações geográficas e archeologicas”, “a organização de um Biblioteca Histórica - Geográfica para o Maranhão, na qual devia-se incluir as cartas geográficas e topográficas, plantas de monumentos, medalhas, quadros, estampas, autographos etc.”, e se previa a coleta “de material para o estudo do Folklore maranhense, sua organização e comentário” (Canedo, 2008, p. 12). Estas evidências explicitam haver naquele contexto uma inicial preocupação com os estudos da História, da Geografia, da Arqueologia e do Folclore, e que incumbia a Biblioteca do IHGM de reservar lugar para acolher tantos materiais.

Nesse contexto, a Biblioteca Pública, de acordo com o relatório de Domingos de Castro Perdigão, em 1920,

orientava, no regulamento de 1898, em seu artigo II, que se criasse um 'pequeno museu' anexo à mesma. Este museu devia ser composto por "... objectos pertencentes aos três reinos da natureza, petrificações, encrustações, moedas, medalhas, objectos raros, adquiridos por doação particular ou a conta dos cofres do Estado" (Perdigão, 1920, p. 67). Ainda no relatório, foi apontado que, empossada a nova direção, encaminhou-se a organização "... convenientemente do Museu desta Bibliotheca ..." e que à época tinha como acervo objetos dos reinos mineral, animal e "... objectos raros, de valor artístico e histórico" (Perdigão, 1920, p. 67):

... do reino mineral uma collecção de mineiro deste Estado, todos classificados ao meu pedido, pelo engenheiro francez Apolinario Folk; do reino vegetal uma collecção de amostras de madeiras do Estado, amostras de algodão e outros productos agrícolas; do reino animal, noventa e seis animaes da fauna maranhense artisticamente empalhados, sendo: 41 mamíferos, 29 aves, 15 repteis, 8 peixes, além de costellas e ossadas de baleia e outros animaes de grande tamanho. Possui também o Museu alguns objectos raros e de valor artístico e histórico, os quaes, conforme iam sendo adquiridos, ia mencionando nos meus relatórios (Perdigão, 1920, p. 67).

Com o passar do tempo, percebeu-se que o espaço da Biblioteca integrou espaço de memória que vinha se constituindo e que o museu anexado traduzia uma prática já desenvolvida no Rio de Janeiro e em outros institutos históricos pelo Brasil a fora. Esta hipótese é corroborada nos relatórios de Joaquim Pires Machado Portela, diretor do Arquivo Nacional, que apontou nos idos de 1876 que "... se os Arquivos Públicos devem ter sua peculiar biblioteca como parte integrante e indispensável, cumpre também que possuam um museu especial, como modernamente os estão criando e desenvolvendo diversos Arquivos da Europa" (Barata, 1986, p. 25).

Tais instituições voltadas a ações protecionistas reverberavam um paradigma museológico considerado tradicional, em razão de estarem concentradas em uma ambiência do museu como um espaço institucionalizado formado por coleções e aplicações técnicas, com orientações

positivistas e alicerçadas em "... métodos objetivos de experimentação, descrição e verificação" (Britto et al., 2018, p. 90), porém a ausência de recursos impactava na instalação e na manutenção das mesmas e do acervo. Isto pode ser inferido nas denúncias relativas às péssimas condições de instalação da biblioteca no Maranhão.

As condições físicas do prédio que acomodava o acervo museológico nesta biblioteca eram inadequadas, onde uma 'valiosíssima collecção' do artista Arthur Azevedo, "... que forma a base iconographica deste estabelecimento, continuava ainda no pavimento térreo onde vinha soffrendo danos inapreciáveis, não só os quadros como as estampas em pastas" (Perdigão, 1920, p. 66). Somente após reconhecerem a importância atribuída a este acervo que, em 5 de fevereiro de 1926, o presidente do Estado, Godofredo Mendes Vianna, apresentou ao Congresso uma proposta de criação de uma exposição na ambiência do IHGM e também de um museu para o Estado, em decorrência da criação do Instituto de História.

O presidente alertou que a Biblioteca Pública permaneceria no pavimento térreo do prédio onde funcionava o Congresso do Estado, apresentando em suas instalações "... incalculável dano para seus livros e collecções artísticas" ("Relatório...", 1926, p. 30). Desta forma, seria importante que o Estado, junto ao IHGM, fundasse um museu, "... entregando-lhe todos os objectos que se acham na Bibliotheca e que antes deveriam estar num museu, com a condição, porém, de se responsabilizar o mesmo Instituto pelo que lhe fôr entregue" ("Relatório...", 1926, p. 30). Ao Estado ficaria a responsabilidade de disponibilizar um funcionário da Biblioteca para exercer função no Instituto e se responsabilizar pela preservação do acervo museológico.

Embora tais medidas nunca tenham sido efetivadas, é por intermédio desses registros que se tem notícia da criação de um museu nas instalações daquela agremiação. Antônio Lopes, que era o secretário da instituição, após as conferências realizadas sobre os problemas do território e do povo do Maranhão, apontou que "... conseguiu o instituto dar impulso a mais uma útil iniciativa.

Restava-lhe tratar da organização de um modesto museu de Ethnographia, História e Geographia do Maranhão e uma Bibliotheca” (“O primeiro número”, 1926, p. 6).

Dada a largada para que se criasse o museu, iniciou-se uma frenética corrida em prol da expansão de seu acervo. A agremiação pôs “. . . em campo, nomeando em alguns pontos do Estado agentes incumbidos de angariar material, todos os escolhidos [eram] pessoas cultas e dedicadas” (“O primeiro número”, 1926, p. 79). A coleta do material estava orientada por uma instrução prévia e sua coleção era classificada em “Material Archeologico, Material ethnographico, Material Geographico e Material Histórico” (“O primeiro número”, 1926, p. 79).

Publicada tal normativa, o acervo do Instituto recebeu objetos doados por personalidades de todo o Maranhão, sócios ou representantes de famílias abastadas da região. Isto funcionou como uma estratégia para a consagração de determinados nomes no interior do imaginário patrimonial e histórico maranhense. Por intermédio dos jornais, pode-se inferir quais os objetos foram enviados: “. . . fotografias da fortaleza colonial existente naquela comarca, uma pedra e a chave de um dos portões do forte histórico, machado de pedra raro pelo seu extraordinário tamanho, amostras diversas de mineraes, provenientes do interior do Maranhão” (“O Instituto...”, 1927, p. 1) e tantos outros objetos quanto pudessem ser acolhidos pelo museu.

Tantos objetos demarcavam a coleção com muitos silêncios e abriam espaço para inferir-se tantas narrativas quanto fossem possíveis. Isto resultava muito provavelmente de uma proposta museológica que nomeava aspectos expressivos de uma memória do poder, consolidando uma “. . . narrativa épica que pretendia atualizar o panteão Nacional e povoar a memória com gestos singulares e heroicos” (Chagas, 2003, p. 76).

Na década de 1930, o Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão não mais contava com sua revista e parece ter permanecido por esta década na condição de informalidade, dado o contexto da Revolução de 1930 e da grande instabilidade política desse período.

Somente em 1940 o IHGM pôde contar com uma sede própria em função de iniciativa perpetrada por Clodoaldo Cardoso, que atuou como membro da Secretaria de Finanças do Governo de Sebastião Archer (A. Silva, 2008). Ainda com seu funcionamento irregular, o IHGM só foi realmente reativado na década de 1950 e recebeu novo estatuto, denominação e endereço. Hoje denominada Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão, a agremiação persevera com objetivos fixos em reconstruir os traços colecionistas e a formação do museu do Instituto de História e Geografia.

O fato é que ainda se faz necessário compreender as formas de construção de uma ‘cultura do patrimônio’ em diversas localidades brasileiras, ampliando a escrita dos passados museológicos para o Brasil. O intuito deste artigo foi esboçar alguns indícios para a escrita da história dos museus no Maranhão, explicitando as ressonâncias e as zonas de silêncios em torno do Gabinete de História Natural, no século XIX, e do Museu do IHGM, nas primeiras décadas do século XX.

REFERÊNCIAS

- Almeida, J. M. (1927). *Mensagem ao Congresso do Estado lida na abertura de sua 3.ª Reunião Ordinária da 12.ª Legislatura*. São Luís do Maranhão: Governo do Estado.
- Alves, I. M. S. (1996). Modelo politécnico, produção de saberes e a formação do campo científico no Brasil. In A. I. Hamburger, M. A. M. Dantes, M. Paty & P. Petjean (Orgs.), *A ciência nas relações Brasil-França (1850-1950)* (pp. 65-75). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- Barata, M. (1986). Origens dos museus de história e de arte no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 147(350), 22-30.
- Bittencourt, J. N. (2005). O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e seu museu: 1839-1889. In *Anais do Museu Histórico Nacional*, Rio de Janeiro.
- Borralho, J. H. P. (2009). *A Athenas equinocial: a fundação de uma Maranhão no império brasileiro* (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, Brasil.
- Bourdieu, P. (1996). *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Brigola, J. C. P. (2003). *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Britto, C. C., Dantas, R. J. S., & Santos Júnior, R. F. S. (2018). *Sob os véus de Mnemosyne: a imaginação museal de Maria Thetis Nunes*. São Cristóvão: Editora UFS.
- Bruno, M. C. O. (Org.). (2010). *Waldisa Rússio Camargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional* (Vol. 1). São Paulo: Pinacoteca do Estado.
- Canedo, E. V. S. O. (2008). O Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão: História. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão*, 1(1), 11-16.
- Castro, C. A., & Pinheiro, A. L. F. (2006). Trajetória da Biblioteca Pública no Maranhão Provincial. *Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 4(2), 38-50. doi: <https://doi.org/10.20396/rdbci.v4i1.2034>
- Centenário de D. Pedro II. (1925, dezembro 1). *O Combate*, 1(187), 4.
- Cerávolo, S. M. (2014). Museus e coleções como fontes de pesquisa histórica: o Museu do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894-1897). In *Anais do VII Encontro Estadual de História da ANPUHBA*, Salvador.
- Cerávolo, S. M. (2018). A cultura do patrimônio na Bahia: pesquisas em andamento (1835-1970). In M. B. Magaldi & C. C. Britto (Orgs.), *Museus & Museologia: desafios de um campo interdisciplinar* (pp. 73-82). Brasília: UnB.
- Cerávolo, S. M., & Rodriguez, M. C. (2018). Coleccionismo na Bahia oitocentista: o Gabinete de História Natural (1835-1889). *Revista Brasileira de História da Ciência*, 11(2), 197-212.
- Cerávolo, S. M., & Lopes, M. M. (2020). Museus provinciais: contribuições para o panorama museológico brasileiro. *Museologia e Patrimônio*, 13(1), 144-166.
- Chagas, M. S. (2003). *Imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro* (Tese de doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.
- Colleção das Leis, Decretos e Resoluções da Província do Maranhão* (1847). Maranhão: Typografia L. J. Ferreira.
- Conceição Silva, A. L. (2008). *Falas de decadência, moralidade e ordem: a "História do Maranhão" de Mário Martins Meireles* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Considera, A. F. (2015). *Uma história dos fazeres museais no Brasil entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do século XX: Museu Nacional, Museu Paraense Emílio Goeldi, Museu Paraense e Museu Paulista* (Tese de doutorado). Universidade de Brasília, Brasília, Brasil.
- Correspondencia. (1845, abril 2). *Publicador Maranhense*. Recuperado de http://memoria.bn.br/pdf/720089/per720089_1845_00271.pdf
- Costa, I. F. (2014, outubro). Profissionalização dos engenheiros no século XIX: atividades e regulamentação. In *Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia*, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Costa, M. B. (2018). *"Liberdades sertanias" no Maranhão: da América Portuguesa à Balaiada (1839-1841)* (Tese de doutorado). Universidade de Coimbra, Portugal.
- Coutinho, M. (2005). *Fidalgos e barões: uma história da nobiliarquia luso-maranhense*. São Luís: Instituto Geia.
- Elias, M. J. (1992). Revendo o nascimento dos museus no Brasil. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, (2), 139-145. doi: <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1992.109001>
- Fanini, M. A. (2009). *Fardos e fardões: mulheres na Academia Brasileira de Letras (1897-2003)* (Tese de doutorado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Françoze, M. C. (2014). *De Olinda a Holanda: o gabinete de curiosidades de Nassau*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Gonçalves Dias, A. (1853). Exames nos arquivos dos mosteiros e das repartições públicas (Em carta ao Ilmo. e Exmo. Visconde de Monte Alegre, ministro do Império). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 16, 370-384.
- Gonzales, R. J. B. F. (2016, dezembro). Construindo uma coleção: as expedições científicas de Louis Jacques Brunet e o Museu do Ginásio Pernambucano (1857-1862). In *Anais do IV Seminário Internacional Cultura Material e Patrimônio de C&T*, Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro.
- Guarnieri, W. R. C. (1979, julho 29). Existe um passado museológico brasileiro?. *O Estado de São Paulo*, Suplemento Cultural, pp. 6-8.
- Guimarães, M. L. S. (1988). Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*, 1(1), 5-27.
- Instrução para os viajantes e empregados nas colônias sobre a maneira de colher, conservar e remeter os objectos de história natural arranjada pela administração do R. Museu de História Natural de Paris. (1819). Traduzida por ordem de Sua Majestade Fidelíssima, expedida pelo Excelentíssimo Ministro e Secretário e Estado dos Negócios do Reino. Do original francez impresso em 1818. Augmentada, em notas, de muitas das instruções aos correspondentes da Academia R. das Sciencias de Lisboa, impressas em 1781; e precedida de algumas reflexões sobre a História Natural do Brazil, e estabelecimento do Museu e Jardim Botânico em a Corte do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Imprensa Régia.

- Le Goff, J. (2013). *História e memória*. Campinas, SP: Editora da Unicamp.
- Lopes, J. J. R. (1838, outubro, 27). Artigos de Offício. *O Publicador Oficial*, p. 2. Recuperado de: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=740454&pasta=ano%20183&pesq=&pagfis=1316>
- Lopes, M. M. (1997). *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: Editora HUCITEC.
- Lubar, S., Rieppel, L., Daly, A., & Duffy, K. (2017). Lost Museums. *Museum History Journal*, 10(1), 1-14. doi: <https://doi.org/10.1080/193669816.2016.1259330>
- Marques, C. A. (1876). *A Província do Maranhão: breve memória*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional.
- Menezes, M. G. (2005). *Claude Henry Gorceix (1842-1919) e o ensino das ciências geológicas na Escola de Minas de Ouro Preto, no crepúsculo do Império* (Tese de doutorado). Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Brasil.
- Netto, L. (1870). *Investigações históricas e científicas sobre o Museu Imperial e Nacional do Rio de Janeiro: acompanhadas de uma breve notícia de suas colleções e publicadas por ordem do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro: Instituto Philomático.
- O Instituto de História e Geographia. (1927, abril 27). *O Imparcial*, p. 1.
- O Instituto de História e Geographia do Maranhão. (1925, novembro 27). *O Combate*, p. 1.
- O primeiro número. (1926). *Revista Trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, (1).
- Parte Oficial: Governo da Província. (1845a, abril 30). *Publicador Maranhense*. Recuperado de http://memoria.bn.br/pdf/720089/per720089_1845_00345.pdf
- Parte Oficial: Governo da Província. (1845b, dezembro 20). *Publicador Maranhense*. Recuperado de http://memoria.bn.br/pdf/720089/per720089_1845_00345.pdf
- Parte Oficial: Governo da Província. (1848, agosto 12). *Publicador Maranhense*. Recuperado de http://memoria.bn.br/pdf/720089/per720089_1848_00693.pdf
- Penna, H. F. (1849). *Falla dirigida pelo Exm. Presidente da Província do Maranhão, Herculano Ferreira Penna, a Assembleia Legislativa*. Maranhão: Typografia de J. A. C. de Magalhães.
- Perdigão, D. (1920). *Relatório da Biblioteca do Estado*. Maranhão.
- Possamai, Z. R. (2014). Coleccionar e educar: o Museu Julio de Castilhos e seus públicos (1903-1925). *Varia Historia*, 30(53), 365-389. doi: <https://doi.org/10.1590/S0104-87752014000200003>
- Publicador Maranhense. (1844, outubro 12). Recuperado de http://casas.cultura.ma.gov.br/portal/sgc/modulos/sgc_bpbl/acervo_digital/arq_ad/20181217124224.pdf
- Publicador Maranhense. (1845, fevereiro 26). Recuperado de http://memoria.bn.br/pdf/720089/per720089_1845_00262.pdf
- Relatório da Repartição dos Negócios do Império do anno de 1844 apresentado à Assembleia Geral Legislativa. (1845). Rio de Janeiro: Typografia Nacional.
- Relatório do Presidente do Maranhão. (1926). Bibliotheca Publica, Maranhão.
- Rússio, W. (1979, julho 29). Existe um passado museológico brasileiro? *O Estado de São Paulo*. [Acervo: Centro de Documentação da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESP/SP)].
- Santos, M. S. (2006). *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Santos, M. S. (2002). Políticas da memória na criação dos museus brasileiros. *Cadernos de Sociomuseologia*, 19(19), 99-119.
- Schwarcz, L. M. (2010). A "Era dos museus de etnografia" no Brasil: o Museu Paulista, o Museu Nacional e o Museu Paraense em finais do XIX. In B. G. Figueiredo & D. G. Vidal (Orgs.), *Museus: dos Gabinetes de Curiosidades à Museologia Moderna* (pp. 113-136). Belo Horizonte: Argumentum.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Scott, J. W. (2008). *Gênero e historia*. México: Fondo de Cultura Económica.
- Segantini, V. C. (2015). *"Maneira decente e digna de expor aos olhos do público": modos de exibição da história natural (séc. XVIII e XIX)* (Tese de doutorado). Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, Brasil.
- Silva, A. L. C. (2008). *Falas de decadência, moralidade e ordem: a "História do Maranhão" de Mario Martins* (Dissertação de mestrado). Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil.
- Silva, I. F., & Aranha, B. (1885). *Suplemento ao Diccionario Bibliographico Portuguez* (Tomo 13). Lisboa: Imprensa Nacional.
- Silva, F. F. S. (2011). *Coleção de gravuras Arthur Azevedo: memória e patrimônio cultural* (Dissertação de mestrado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, Brasil.
- Soares, W. (1926). Subsídios para a Bibliographia Maranhense. *Revista Trimestral do Instituto de História e Geographia do Maranhão*, (1).
- Soihet, R. (1989). *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Souza, J. C. & Prado, P. B. (2020). Cultura da memória e políticas do passado no Instituto de História e Geografia do Maranhão: o museu e a escrita da história do Maranhão na Primeira República. In: C. C. Britto, M. N. B. Cunha & S. M. Cerávol (Orgs.), *Estilhaços da memória: o Nordeste e a reescrita das práticas museais no Brasil* (pp. 212-229). Goiânia: Editora Espaço Acadêmico; Salvador [BA]: Observatório da Museologia na Bahia [UFBA/CNPq].

Vasconcelos, E. H. B. (2015, julho). Quando as musas perderam a inspiração: considerações sobre um museu obliterado no século XIX. In *Anais do II Seminário Brasileiro de Museologia*, Pernambuco.

CONTRIBUIÇÃO DOS AUTORES

Os autores declararam participação ativa durante todas as etapas de elaboração do manuscrito.

